

GODINHO, Paulo Reis

*Apríngio de Beja: guerreiro da fé*

Lisboa: International Press, 2021. 281 p. ISBN: 978-989-37-1007-4

ANTÓNIO MONTES MOREIRA

doi: <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2025.18086>

Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, Portugal

 <https://orcid.org/0000-0003-1197-7354>

«Apríngio, bispo da Igreja Pacense das Hispânicas, eloquente no uso da língua e erudito no saber, interpretou o Apocalipse do Apóstolo João com subtileza e estilo brilhante, quase melhor do que parece terem-no feito os antigos comentadores eclesiásticos. Escreveu ainda outras obras que, todavia, chegaram a nossos olhos apenas em mínima parte. Brilhou no tempo de Têudis, príncipe dos Godos».

Esta informação do *De viris illustribus* de Isidoro de Sevilha (+636) é o único testemunho da época patrística acerca de Apríngio, bispo de Beja no reinado de Têudis (531-548). A presente dissertação académica amplia a notícia de Isidoro com dois capítulos de enquadramento histórico e outros dois para apresentação de Apríngio e da sua obra doutrinal e ação pastoral.

No cap. I, intitulado *A cristianização do território a sul do Tejo*, o autor começa por a notar judiciosamente que Apríngio é o primeiro bispo «conhecido» (p. 27) de Beja, a *Pax Julia* romana e visigótica, mas não de certeza o seu primeiro bispo. Em seguida, apoiado em abundante bibliografia passa em revista a organização administrativa da Hispânia até ao século VI, a implantação e desenvolvimento do Cristianismo na região durante o mesmo período e, no mundo cristão, os conflitos entre ortodoxia e heresias.

Nos quatro primeiros séculos a Hispânia esteve unificada no âmbito do império romano e com a reforma administrativa do imperador Diocleciano, entre 284/288, passou a constar de cinco províncias: Tarraconense, Cartaginense, Bética, Galécia e Lusitânia. Em 409 foi invadida pelos vândalos, alanos e suevos. O império, muito enfraquecido após o saque de Roma pelo visigodo Alarico em 410, extinguiu-se no Ocidente com a deposição do último imperador em 476. Ainda na primeira metade do século V os suevos formaram um reino na Galécia, com sede em Braga, que veio a estender-se à Lusitânia, Bética e Cartaginense. Em meados do século V também os visigodos se estabeleceram no território hispânico. Em meados do século VI Justiniano, imperador romano do Oriente, enviou expedições à África, Itália e Hispânia para refazer o império do Ocidente e ocupou grande parte do sul da Península Ibérica até ao Algarve. Em 585 os visigodos conquistaram o reino suevo e em 624 expulsaram as tropas bizantinas. Deste modo, a Hispânia voltou a ficar unificada.

Os primeiros dados seguros sobre a presença de comunidades cristãs na Hispânia, mas sem mencionar a sua localização, datam de finais do século II com os testemunhos de Santo Irineu de Lião e de Tertuliano. Em 254 uma carta de S. Cipriano de Cartago dá a conhecer a existência de dioceses em Leão-Astorga (Galécia), Mérida (Lusitânia), Saragoça (Tarracense) e noutros lugares não designados. No concílio de Elvira a Igreja hispânica aparece já solidamente organizada. Participaram 19 bispos e 24 presbíteros de cerca de 40 comunidades, entre os quais os bispos de Mérida, Ossónoba (Faro) e Évora, na Lusitânia. Sobre a data do concílio, o autor indica 300/303 (p. 51), antes da perseguição de Diocleciano. É de preferir

a alternativa de 306/314, antes do concílio de Arles que cita o de Elvira, pois «a reunião de um concílio nacional como o de Elvira supunha um mínimo de liberdade, pouco compatível com um clima geral de perseguição e crise» (JORGE, Ana Maria C. M. – *L'épiscopat de Lusitanie pendant l'Antiquité tardive (IIIe-VIe siècles)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2002, p. 99). O autor valoriza a arqueologia para documentar a implantação do Cristianismo na Hispânia, especialmente nos meios rurais no século VI (p. 51-56). Os suevos, inicialmente pagãos, converteram-se ao Cristianismo em meados do século V. Pouco depois passaram ao arianismo e em meados do século seguinte, por influência de S. Martinho de Dume e Braga (556-579), regressaram à fé católica. Os visigodos professavam o arianismo, mas aderiram ao credo católico com o rei Recaredo em 586.

A terceira secção deste capítulo sintetiza a argumentação de Santo Irineu contra o gnosticismo, descreve as opções bíblicas e teológicas de Marcião, acompanha as controvérsias de Santo Agostinho com os donatistas, os maniqueus e os pelagianos e acrescenta o arianismo, aparecido em Alexandria no segundo decénio do século IV e bem presente na Hispânia nos dois séculos seguintes. O autor situa-o «no campo da Cristologia (...), principalmente no que toca ao entendimento teológico que se tem da Santíssima Trindade» (p. 69). O arianismo define-se, porém, como heresia trinitária, com implicações na cristologia, e não como heresia cristológica.

O cap. II, sob o título de '*Pax Julia*' nos primeiros séculos cristãos, igualmente escorado em vasta bibliografia, começa por analisar o período anterior ao Cristianismo. O povoado será de origem pré-romana e recebeu o nome de *Pax Julia* ou eventualmente *Pax Julia Augusta* de Júlio César ou do imperador Augusto. Em 27 a. C. Augusto, ao erigir a província da Lusitânia com a capital em Mérida, estruturou-a em três *conventus juridici* sediados em Mérida, *Scallabis* (Santarém) e *Pax Julia* (o autor admite que a divisão em *conventus* possa ter ocorrido mais tarde; cf. p. 79, nota 80). Pela mesma altura a cidade ganhou estatuto de colónia romana com a instalação de veteranos militares e «a naturalização dos autóctones que granjearam a cidadania romana de pleno direito» (p. 80). Na sequência de observações de André de Resende em 1553 e do alcobacense Fr. António Brandão em 1632, o autor explica a mudança de *Pax/Pace* para *Beja* «por evolução fonética» através do árabe (p. 77). De facto, não existindo nesta língua a consoante p, os conquistadores islâmicos do século VIII «modificaram *Pace* em *Bexa*» (ANTUNES; Júlio da Cunha; LAMELAS, Isidro – *Apríngio, comentário ao Apocalipse*. Lisboa: Alcalá, 2007, p. 13) donde passou, em português, para *Beja*.

Por outro lado, prossegue a dissertação, «de acordo com alguns autores, o Cristianismo poderá ter chegado ao *conventus pacensis* através da via marítima, em associação com os cultos de origem oriental e norte-africana» (p. 87). A asserção é inexata quanto ao segundo ponto por não ter em conta a ação direta dos evangelizadores como forma habitual de doutrinação. A existência de dioceses em Évora e Ossónoba (Faro) no início do século IV mostra que no *conventus* de *Pax Julia* o Cristianismo já gozava então de presença significativa, que se avolumou com o estabelecimento duma comunidade em *Myrtilis* (Mértola) em meados da centúria seguinte (p. 87-88 e 99-100).

A figura central desta obra surge no cap. III, denominado *Apríngio Pacense*: '*disertus lingua et scientia eruditus*'. O autor foi buscar a segunda parte do título – *destro na língua e erudito no saber* – à notícia de Isidoro de Sevilha sobre Apríngio acima transcrita, da qual publica duas traduções (p.17, nota 11 e p. 101).

Apríngio, informa Isidoro, notabilizou-se (*claruit*) durante o reinado de Têudis (531-548). Como noutros escritos do prelado hispalense, este dado biográfico não é para tomar à letra segundo o conceituado patrólogo Berthold Altaner. Por isso, admite-se que o episcopado de Apríngio se estendeu até ao reinado de Atanagildo (552-567). O autor, prudentemente, situa-o «entre os anos 531 e 567» (p. 101). Em apoio da segunda datação, sustenta que o bispo de *Pax Julia* no comentário ao Apocalipse utilizou obra homónima de Primásio de Adrumeto, escrita à volta de 551. Tal argumento não é consensual entre os especialistas.

A ausência de fontes explica as divergências dos historiadores sobre as origens de Apríngio. A maioria considera-o de origem hispano-romana e até membro da nobreza, enquanto outros defendem uma «provável origem oriental ou pelo menos de bastante exequível formação oriental» (p. 102). O autor filia-se neste grupo e avança mesmo «que Apríngio possa ter feito parte duma plêiade de sábios eminentes que, vindos do Império Bizantino, terminaram ascendendo ao episcopado em terras ibéricas» (p. 103).

Uma tradição oral popular, recolhida por Jorge Cardoso no *Agiológico Lusitano* em 1652, celebra o bispo de *Pax Julia* como santo a 3 de janeiro. «No entanto, não existe qualquer prova documental que ateste a canonização de Apríngio, a não ser, talvez, um vitral da Catedral de Badajoz, muito posterior à época, com a representação iconográfica do Pacense, onde consta o adjetivo santo, que outra coisa não será que a transposição para o templo da referida tradição oral» (p. 107-108; cf. p. 156).

A segunda parte do capítulo analisa o *Comentário ao Apocalipse*.

O manuscrito mais antigo e completo desta obra, pertencente à Universidade de Copenhaga, levanta um problema de crítica textual. Da pena de Apríngio, transcreve apenas a exegese dos cinco primeiros e dos cinco últimos capítulos do Apocalipse, a saber, de Ap 1,1 a 5,7 e de 18,6 a 22,20. Entre estes dois blocos, insere o comentário ao Apocalipse do bispo Vitorino de Petau (†304), segundo a recensão de S. Jerónimo (†419), desde o cap. 5,5 ao cap. 17,16. Assim sendo, «a inserção dos capítulos intermédios foi já obra da mão do próprio Apríngio ou deve-se à intervenção de um copista posterior?» (Júlio Antunes e Isidro Lamelas, *Apríngio – Comentário ao Apocalipse*, 2007, p. 53). A segunda hipótese parece ser a preferida do autor, pois, escreve, «entendemos centrar a nossa investigação somente nos dez capítulos (Apocalipse 1-5 e 18-22) cuja autenticidade não é posta em causa por nenhum dos investigadores da obra apringiana» (p. 123; cf. p. 120).

O autor segue de muito perto o texto de Apríngio, imitando o que este fizera no seu «comentário consecutivo do Apocalipse, ou seja, versículo a versículo» (p. 125).

O prelado pacense, ao iniciar o comentário a este livro de S. João, invoca «o Espírito Santo, que o inspirou, para que, assim como quis revelar-lhe o mistério dos seus desígnios, assim também nos abra aqui o caminho, de modo a podermos tratar sem erro, com toda a verdade e com a ajuda de Deus, aquilo que está escrito» (*Comentário ao Apocalipse*, p. 81). Esta «ênfase pneumatológica», observa o autor, «insere, de imediato, a obra na ortodoxia da fé cristã, chocando contra os gnósticos» (p. 112).

As visões e chamadas de atenção dos cinco primeiros capítulos do Apocalipse mostram, segundo Apríngio, «como os cristãos deveriam defrontar duas contendas: contra os judeus e contra os pagãos. (...) a amargura e o rancor dos judeus contra os cristãos era enérgico. Mas a luta dos pagãos contra a Igreja era pior. (...) A essa disputa contra os inimigos exteriores juntavam-se as complicações internas das Igrejas. (...) João mostra que, por detrás de tudo isso, está presente o inimigo, o poder de satanás» (p. 119).

O autor sublinha a opção do bispo pacense pela exegese simbólica e alegórica, pois «o sentido literal da própria palavra é exíguo para revelar o sentido da verdade dos mistérios cristãos». As alegorias, metáforas e símbolos «afiançam exprimir, de forma mais profunda, a essência da doutrina» (p. 125). A exegese alegórica evita a interpretação do capítulo 20 do Apocalipse em sentido literal e milenarista, «que considera herético» (p. 121). Os mil anos de Ap 20,5 significam: «até que neles se realize o sacramento da fé e o mistério da Cruz e apareçam, na plena floração da bem-aventurança eterna» (*Comentário ao Apocalipse*, p. 259).

O autor salienta ainda a «coragem» do prelado de *Pax Julia* ao redigir um comentário contínuo ao Apocalipse, livro «interdito pelo clero ariano aos seus adeptos» (p. 137).

Este capítulo encerra estabelecendo paralelos entre S. Martinho de Dume e Braga e Apríngio cujo episcopado terá sido parcialmente coincidente. Ademais, ambos evangelizaram povos arianos: o primeiro, os suevos da Galécia e o segundo, os visigodos da Lusitânia.

O cap. IV da obra – *Apríngio, bispo e construtor de uma comunidade* – é um olhar sobre a ação pastoral do prelado.

O primeiro apartado apresenta a Igreja pacense do século VI. Ligada pelas estradas romanas a *Emerita Augusta* (Mérida), a capital da província da Lusitânia, e com o Mediterrâneo por alguns portos, incluindo o fluvial de *Myrtilis* (Mértola) no rio Guadiana, *Pax Julia* era uma diocese aberta a uma certa «globalização» que trazia «novas ideias, novas doutrinas, novas correntes»; por isso «não será de estranhar que o *Comentário* de Apríngio se dirija ao Orbe e não somente à Urbe» (p. 152) da comunidade diocesana. Esta era formada por dois polos, o da sede e o de *Myrtilis*, bem conhecido hoje pela vasta pesquisa arqueológica das últimas décadas. No segundo polo existiria mesmo uma comunidade dissidente, monofisita, de origem bizantina.

O segundo apartado, algo difuso, alinha textos de Apríngio contra o arianismo, o priscilianismo e o pelagianismo. Esta preocupação pela defesa da ortodoxia levou o autor a apelidá-lo *Guerreiro da Fé* no título da dissertação.

O último apartado volta a ocupar-se da diocese pacense. Era uma comunidade de considerável extensão territorial e de «grandes disparidades» (p. 191), com dois núcleos urbanos (*Pax Julia* e *Myrtilis*) e presença progressiva nos meios rurais por reutilização das antigas *villae* romanas. De entre estas destacava-se a de S. Cucufate. No plano religioso, «há a questão dos cultos pagãos enraizados na cultura rural popular» (p. 194). Segundo o autor, a diocese era «uma comunidade culta, versada nas Escrituras» (p. 199). O qualificativo assenta bem em Apríngio, mas não é de aplicar obviamente a todos os membros da comunidade. Na secção intitulada «uma comunidade que se expressa pela Arte» (p. 203), o autor admite que a catedral de Apríngio estava situada no local onde hoje se encontra o Núcleo Visigótico do Museu Regional de Beja e dá conta das igrejas edificadas nas antigas *villae* romanas de S. Cucufate e do Monte da Cegonha.

Na *Conclusão* o autor, na esteira do conceituado medievista José Mattoso, observa que a ação pastoral dos bispos da Antiguidade Tardia se desenrolou «entre a persistência do paganismo e a fraca assimilação do Cristianismo» (p. 221), acrescidas da presença ativa de heresias.

Nessa conjuntura, «Apríngio pouco se preocupa com a construção física da Igreja», com a edificação de monumentos, mas privilegia «a criação de escolas teológicas no território pacense» e «a preparação dos futuros clérigos, com vista à defesa da fé nicena» (p. 222) e redige o *Comentário ao Apocalipse de S. João*; «não escreve para comentar, escreve para catequizar, para clamar pela unidade da Igreja, face à pluralidade de heresias e à persistência do paganismo» (p. 224-225).